



PRESIDENCIAIS 2021

João Ferreira

Coragem e confiança
Um horizonte de esperança



EM DEFESA DA ÁGUA PÚBLICA!

**Cumprir a Constituição:
servir as populações,
defender o ambiente,
valorizar o trabalho,
criar riqueza de
forma sustentada.**

Trava-se há longos anos uma dura batalha em torno da questão da água.

De um lado, as forças do grande capital, que querem a água transformada numa mercadoria colocada no mercado, satisfazendo a sua necessidade de novas actividades de onde extrair lucro. São as forças da mercantilização, da liberalização e da progressiva privatização do sector da água, que são as mesmas forças que promovem as políticas de flexibilização das relações laborais e o aumento da exploração de quem trabalha.

Do outro lado, estão aqueles que, como esta candidatura, vêem a água como um bem público, essencial à vida das populações e ao funcionamento da economia, aqueles que procuram as formas de simultaneamente garantir o abastecimento das populações, satisfazer as necessidades da economia e preservar este recurso para as futuras gerações. Que são simultaneamente os mesmos que acreditam que se deve valorizar o trabalho e os trabalhadores, e que o trabalho estável e com direitos, motivador e dignamente remunerado, é um fim em si mesmo, pois é razão e condição indispensável de desenvolvimento.

São as forças do progresso e de Abril, são aqueles que acreditam que os serviços públicos essenciais e os sectores estratégicos da economia devem estar nas mãos do Estado, subordinados a um planeamento público e transparente que responda às necessidades individuais e colectivas do povo português.

Este não é um combate que se trave apenas em Portugal. É uma realidade internacional, como nos devem ter alertado as recentes notícias da colocação da água nos mercados de futuros da Bolsa de Nova York. Como se a circulação, armazenamento, tratamento e distribuição de um bem sem o qual é impossível a vida neste planeta - nomeadamente a vida dos mais de sete mil milhões de seres humanos que o habitam - pudesse ficar dependente dos jogos e da necessidade de enriquecimento de meia dúzia de especuladores.

Em Portugal, com a Revolução de Abril e as suas conquistas, com o poder local democrático, os seus trabalhadores e os seus eleitos, realizou-se um importante investimento na infraestrutura que levou a água e o saneamento à generalidade da população portuguesa. Mas se o investimento foi público, os sucessivos governos tudo têm feito para entregar ao sector privado fatias crescentes do sector. A maioria das empresas públicas passaram a sociedades anónimas de capital por enquanto público. Outras concessionaram a exploração das redes. Outras subcontratam o essencial dos seus serviços operacionais. Algumas destas privatizações, tão desastrosas foram as suas consequências para os utentes e para as entidades públicas envolvidas, já foram revertidas, como é o caso da distribuição de água em Mafra, outras sê-lo-ão brevemente. Mas apesar da desastrosa experiência, novas concessões estão a ser preparadas.

Paralelamente, os sucessivos partidos da política de direita – PS, PSD, CDS - têm construído um edifício legislativo destinado a tornar quase impossível a gestão pública destas empresas públicas. Inventam leis que impedem a contratação de trabalhadores que fazem falta. Criam leis que dificultam qualquer aquisição de equipamento ou qualquer obra. Impõe limitações à contratação colectiva, à melhoria dos salários e das condições de trabalho nas empresas públicas, particularmente nos sectores operacionais. Partidos que quando no governo se irão queixar dessas mesmas leis, e com elas justificar a necessidade de privatizar, concessionar, subcontratar.

Nos últimos 5 anos foi possível impedir acelerações mais bruscas deste processo de mercantilização, liberalização e privatização do sector. Mas ele prossegue à velocidade que o Governo PS o consegue conduzir. E o que é preciso é romper com o processo. Romper com os interesses do capital indo ao encontro dos interesses dos utentes, dos trabalhadores e do país:

– É preciso uma mudança que garanta o acesso de todos à água e ao saneamento, e que reduza o custo com essa acesso, desde logo nas populações vítimas da privatização da distribuição de água, onde nunca é demais recordar que 24 das 25 tarifas mais caras são de redes com a exploração concessionada a privados em contratos ruinosos a que urge pôr termo recuperando o controlo público.

– É preciso reconstruir, de Norte a Sul do país, o vínculo laboral permanente para as funções permanentes hoje subcontratadas ou prestadas por trabalhadores precários, que reponha o primado da contratação colectiva, a começar pelas empresas públicas, que aumente salários, dignifique as carreiras e melhore as condições de trabalho.

– É preciso acabar com o desvio de recursos públicos (do Orçamento ou dos utentes) para alimentar negócios e negociatas, que valorize a gestão pública municipal, promova a administração directa e transparente, reconstruindo a capacidade de resposta operacional do sector público.

– É preciso repor os níveis de segurança na operação, desde logo segurança para aqueles que nele operam, mas igualmente segurança no abastecimento e saneamento para as populações.



– É preciso colocar a defesa do ambiente e a preservação dos recursos naturais no centro da política de água e saneamento, e não como uma desculpa para aumentar impostos indirectos sobre a população e criar apoios financeiros e fiscais ao grande capital. Que o saneamento evolua da preservação sanitária, para a produção de água reutilizável e adubos para a economia. Que as reservas de água não sejam esgotadas numa agricultura intensiva potencialmente geradora de grandes lucros no presente e de grandes desertos no futuro, e antes colocadas ao serviço de uma agricultura sustentada e que reduza o défice de autosuficiência alimentar do país.

Há quem queira romper de vez com a Constituição da República e com Abril. Esta candidatura não, muito pelo contrário. Identificamos claramente na sociedade portuguesa o muito de positivo que Abril nos trouxe. E apontamos claramente que foi contra Abril e contra a Constituição, que foi conduzido o processo de mercantilização, liberalização e privatização parcial do sector da água e saneamento, e que é nesse processo que se encontram as causas para as dificuldades hoje colocadas aos trabalhadores, aos utentes e ao próprio país.

Declaração de João Ferreira, a 17 de Dezembro de 2020, na sequência da reunião com Organizações representativas dos trabalhadores da Água e Saneamento, e com a Direcção da Associação Água Pública



João Manuel Peixoto Ferreira

